



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

**RELATÓRIO CONTÁBIL
1º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2022**

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério das Comunicações, relativas ao 1º trimestre do exercício de 2022.

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Fábio Salustino Mesquita de Faria

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Maria Estella Dantas Antonichelli

SECRETÁRIA-EXECUTIVA ADJUNTA

Flávia Duarte Nascimento

SUBSECRETARIO DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Djair Fiorillo Lopes

COORDENADOR GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ricardo Brito Portal e Silva

COORDENADORA DE CONTABILIDADE

Lígia de Almeida Silva

DIVISÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL E DE CUSTOS

Emerson Costa Nogueira Sousa

Contexto Operacional

O Ministério das Comunicações – MCom – é órgão da administração federal direta, criado pela Lei 14.074, de 14 de outubro de 2020.

Integram a estrutura básica do Ministério das Comunicações, a Secretaria Executiva, a Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM, composta pela Secretaria de Publicidade e Promoção – SEPUP e Secretaria de Comunicação Institucional – SECOI; a Secretaria de Radiodifusão – SERAD; e a Secretaria de Telecomunicações – SETEL. Estão vinculados ao MCom a Telecomunicações Brasileiras S.A – Telebras; a Empresa Brasil Comunicação – EBC; A Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios; o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST; e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL.

O Ministério das Comunicações tem como missão ampliar a conectividade, aprimorar a qualidade dos serviços de comunicação e assegurar a prestação de informações governamentais essenciais à proteção da soberania nacional e ao exercício da cidadania.

Constituem áreas de competência do Ministério:

- ✓ Política nacional de telecomunicações;
- ✓ Política nacional de radiodifusão;
- ✓ Serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;
- ✓ Política de comunicação e divulgação do governo federal;
- ✓ Relacionamento do governo federal com a imprensa regional, nacional e internacional;
- ✓ Convocação de redes obrigatórias de rádio e televisão;
- ✓ Pesquisa de opinião pública; e
- ✓ Sistema brasileiro de televisão pública.

Tendo como visão institucional tornar o Brasil país referência na democratização do acesso a tecnologias de comunicação, na promoção da liberdade de pensamento e na garantia do direito à informação de qualidade, o Ministério das Comunicações objetiva, como geração de resultados para a sociedade:

- ✓ Promover a competitividade, assegurar investimentos e ampliar a oferta dos serviços de radiodifusão à população do Brasil;
- ✓ Garantir a oportunidade de acesso a serviços de telecomunicações de alta qualidade, promover a inclusão digital, fortalecer a inovação tecnológica e apoiar a transformação digital;
- ✓ Promover a divulgação de informações governamentais necessárias ao pleno exercício da cidadania; e
- ✓ Modernizar, ampliar e melhorar a qualidade da prestação dos serviços postais.

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

Demonstrações Contábeis, são as peças elaboradas pelo Setor Público observando o que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Ministério das Comunicações e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta, parte integrante do Poder Executivo Federal.

Compõem as principais Demonstrações Contábeis do Ministério das Comunicações o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Patrimonial (BP) e as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro – BF e na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- Créditos a curto prazo – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- Ativo realizável a longo prazo – Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos, investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

- Investimentos – São compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado. Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.
- Imobilizado – é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que, tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).
- Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.
- Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da ação, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

- Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;
- Passivos circulantes e não circulantes – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado deferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.
- Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas, e outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo e está de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.
- Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - i. Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial, caso contrário será Déficit Patrimonial.
 - ii. No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário
 - iii. No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro, caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço Financeiro

INGRESSOS				DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	
Receitas Orçamentárias	612.035.051,54	974.637.218,20	Despesas Orçamentárias	1.218.072.794,47	674.423.633,07	
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.000.391.416,55	170.857.311,27	
Vinculadas	634.669.289,42	974.876.255,08	Vinculadas	217.681.377,92	503.566.321,80	
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	33.255.512,52	19.970.486,75	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	634.669.289,42	974.876.255,08	Previdência Social (RPPS)	48.820.000,00	1.770.400,00	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-22.634.237,88	-239.036,88	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	135.605.865,40	481.825.435,05	
Transferências Financeiras Recebidas	705.245.168,12	612.407.564,35	Transferências Financeiras Concedidas	1.109.214.440,27	3.509.310.084,43	
Resultantes da Execução Orçamentária	456.120.365,96	466.624.218,19	Resultantes da Execução Orçamentária	176.752.213,04	244.478.882,77	
Cota Recebida	279.917.342,50	231.058.247,00	Repasso Concedido	145.756.756,51	229.052.392,03	
Repasso Recebido	145.207.566,93	220.139.480,45	Sub-repasso Concedido	30.995.456,53	15.426.490,74	
Sub-repasso Recebido	30.995.456,53	15.426.490,74	Independentes da Execução Orçamentária	932.462.227,23	3.264.831.201,66	
Independentes da Execução Orçamentária	249.124.802,16	145.793.346,16	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	124.919.491,27	48.434.985,85	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	246.913.180,92	90.020.315,20	Demais Transferências Concedidas	3.243,12	1.766.080.087,15	
Demais Transferências Recebidas	8.886,24	115.258,47	Movimento de Saldos Patrimoniais	807.539.492,84	1.450.316.128,66	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.202.735,00	160.011,01	Aporte ao RPPS	-	-	
Movimentações para Incorporação de Saldos		55.487.761,48	Aporte ao RGPS	-	-	
Aporte ao RPPS	-	-				
Aporte ao RGPS	-	-				
Recebimentos Extraorçamentários	1.243.323.675,23	1.098.603.923,06	Pagamentos Extraorçamentários	184.513.929,83	166.348.746,46	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	70.527.498,63	60.630.383,38	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	63.444.650,79	51.837.295,31	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	887.355.930,56	377.952.007,69	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	117.393.709,68	102.555.039,18	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-51.965.188,85	76.935.351,54	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.675.303,43	9.148.021,53	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	337.405.434,89	583.086.180,45	Outros Pagamentos Extraorçamentários	265,93	2.808.390,44	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	71.716,26	23.438,52	Valores Compensados	265,93	501,37	
Restituições a Pagar		405,85	Demais Pagamentos		2.807.889,07	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2,29					
Arrecadação de Outra Unidade	276.731.981,31	583.062.336,08				
Demais Recebimentos	60.601.735,03					
Saldo do Exercício Anterior	5.270.005.743,35	7.069.603.157,66	Saldo para o Exercício Seguinte	5.318.808.473,67	5.405.169.399,31	
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.270.005.743,35	7.069.603.157,66	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.318.808.473,67	5.405.169.399,31	
TOTAL	7.830.609.638,24	9.755.251.863,27	TOTAL	7.830.609.638,24	9.755.251.863,27	

2. Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA				SALDO
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
RECEITAS CORRENTES					
Receitas Tributárias	3.019.668.515,00	3.019.668.515,00	612.035.051,54		-2.407.633.463,46
Impostos	949.381.558,00	949.381.558,00	73.134.508,92		-876.247.049,08
Taxes	949.381.558,00	949.381.558,00	73.134.508,92		-876.247.049,08
Contribuições de Melhoria	-	-	-		-
Receitas de Contribuições	1.139.880.204,00	1.139.880.204,00	409.433.553,77		-730.446.650,23
Contribuições Sociais	-	-	-		-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.139.880.204,00	1.139.880.204,00	409.433.553,77		-730.446.650,23
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-		-
Receita Patrimonial	252.316.407,00	252.316.407,00	35.372.765,08		-216.943.641,92
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-		-
Valores Mobiliários	117.179.619,00	117.179.619,00	29.733.173,90		-87.446.445,10
Delegação de Serviços Públicos	135.136.788,00	135.136.788,00	5.639.591,18		-129.497.196,82
Receitas de Serviços	507.388.615,00	507.388.615,00	28.422.518,20		-478.966.096,80
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	507.091.979,00	507.091.979,00	28.422.518,20		-478.669.460,80
Outros Serviços	296.636,00	296.636,00	-		-296.636,00
Transferências Correntes	121.612.030,00	121.612.030,00	22.494.837,77		-99.117.192,23
Outras Receitas Correntes	49.089.701,00	49.089.701,00	43.176.867,80		-5.912.833,20
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	49.089.701,00	49.089.701,00	41.880.850,76		-7.208.850,24
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	96.690,36		96.690,36
Demais Receitas Correntes	-	-	1.199.326,68		1.199.326,68
RECEITAS DE CAPITAL	105.544.474,00	105.544.474,00	-		-105.544.474,00
Amortização de Empréstimos	105.544.474,00	105.544.474,00	-		-105.544.474,00
SUBTOTAL DE RECEITAS	3.125.212.989,00	3.125.212.989,00	612.035.051,54		-2.513.177.937,46
DEFÍCIT			606.037.742,93		606.037.742,93
TOTAL	3.125.212.989,00	3.125.212.989,00	1.218.072.794,47		-1.907.140.194,53

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.448.643.153,00	2.448.643.153,00	1.150.169.355,79	318.018.705,79	247.491.207,16	1.298.473.797,21
Pessoal e Encargos Sociais	948.488.364,00	948.488.364,00	838.552.458,27	220.941.225,61	164.362.359,03	109.935.905,73
Juros e Encargos da Dívida	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	1.616.156,51	1.616.156,51	-
Outras Despesas Correntes	1.486.954.789,00	1.486.954.789,00	298.416.897,52	95.461.323,67	81.512.691,62	1.188.537.891,48
DESPESAS DE CAPITAL	1.353.302.601,00	1.353.302.601,00	67.903.438,68	12.698.158,12	12.698.158,12	1.285.399.162,32
Investimentos	180.118.892,00	180.118.892,00	17.503.438,68	1.273.619,12	1.273.619,12	162.615.453,32
Inversões Financeiras	1.122.783.709,00	1.122.783.709,00	-	-	-	1.122.783.709,00
Amortização da Dívida	50.400.000,00	50.400.000,00	50.400.000,00	11.424.539,00	11.424.539,00	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	476.502.302,00	476.502.302,00	-	-	-	476.502.302,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	4.278.448.056,00	4.278.448.056,00	1.218.072.794,47	330.716.863,91	260.189.365,28	3.060.375.261,53
TOTAL	4.278.448.056,00	4.278.448.056,00	1.218.072.794,47	330.716.863,91	260.189.365,28	3.060.375.261,53

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	41.231.891,06	348.199.030,11	112.944.723,10	102.720.255,48	1.644.678,65	285.065.987,04
Pessoal e Encargos Sociais	2.394.678,68	3.450.436,98	2.353.017,57	2.353.017,57	938.674,64	2.553.423,45
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	38.837.212,38	344.748.593,13	110.591.705,53	100.367.237,91	706.004,01	282.512.563,59
DESPESAS DE CAPITAL	78.388.835,90	109.262.387,76	19.041.956,52	14.673.454,20	3.523.410,00	169.454.359,46
Investimentos	76.042.448,90	109.262.387,76	19.041.956,52	14.673.454,20	3.523.410,00	167.107.972,46
Inversões Financeiras	2.346.387,00	-	-	-	-	2.346.387,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	119.620.726,96	457.461.417,87	131.986.679,62	117.393.709,68	5.168.088,65	454.520.346,50

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.272.054,75	63.819.915,92	63.160.854,83	12.596,40	8.918.519,44
Pessoal e Encargos Sociais	147.441,94	53.058.675,60	52.924.529,29	-	281.588,25
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.124.612,81	10.761.240,32	10.236.325,54	12.596,40	8.636.931,19
DESPESAS DE CAPITAL	7.394.660,05	713.846,70	283.795,96	-	7.824.710,79
Investimentos	7.394.660,05	713.846,70	283.795,96	-	7.824.710,79
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	15.666.714,80	64.533.762,62	63.444.650,79	12.596,40	16.743.230,23

3. Balanço Patrimonial

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO	
	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.849.390.327,11	5.787.474.499,49
Créditos a Curto Prazo	5.318.808.473,67	5.270.005.743,35
Clientes	506.333.883,09	500.008.425,74
Créditos de Transferências a Receber	128.816.468,59	130.823.564,67
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	6.344.973,15	6.344.973,15
Demais Créditos e Valores	3.289.615,33	3.289.615,33
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	401.100.632,09	392.768.078,66
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	3.351.739,35	3.537.622,17
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		
VPDs Pagas Antecipadamente	20.896.231,00	13.922.708,23
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	17.183.408.073,20	15.376.228.521,26
Créditos a Longo Prazo	13.778.059.813,79	11.951.774.300,41
Clientes	13.746.695.017,34	11.857.620.677,33
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.915.227,09	1.915.227,09
Dívida Ativa Tributária	2.320.813.067,54	2.320.813.067,54
Dívida Ativa Não Tributária	2.776.806.699,58	2.703.792.295,40
Demais Créditos e Valores	19.679.224.459,22	17.415.910.771,33
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	284.220.523,13	282.002.404,44
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-11.316.284.959,22	-10.866.813.088,47
VPDs Pagas Antecipadamente		62.788.826,63
Investimentos	31.364.796,45	31.364.796,45
Participações Permanentes	80.898.596,10	80.898.596,10
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência	80.898.596,10	80.898.596,10
Patrimonial		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	80.841.335,00	80.841.335,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	57.261,10	57.261,10
Imobilizado	3.107.859.434,64	3.126.205.521,89
Bens Móveis	2.571.772.299,87	2.590.033.397,75
Bens Móveis	4.010.328.756,68	3.990.142.866,49
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.434.810.435,15	-1.396.363.447,08
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-3.746.021,66	-3.746.021,66
Bens Imóveis	536.087.134,77	536.172.124,14
Bens Imóveis	568.908.059,01	568.861.166,78
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-32.820.924,24	-32.689.042,64
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	216.590.228,67	217.350.102,86
Softwares	89.865.376,95	90.381.455,41
Softwares	133.577.785,77	132.280.713,13
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-43.712.408,82	-41.899.257,72
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	126.724.851,72	126.968.647,45
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	162.293.961,23	162.293.663,23
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-35.279.612,59	-35.035.518,86
Ind		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-289.496,92	-289.496,92
TOTAL DO ATIVO	23.032.798.400,31	21.163.703.020,75

ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	778.368.786,87	783.119.608,96
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	102.137.977,89	95.885.322,02
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	50.314.252,89	11.338.791,89
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	46.604.092,74	55.977.070,69
Transferências Fiscais a Curto Prazo	17.960.020,34	17.179.452,59
Provisões a Curto Prazo	8.168.892,00	8.168.892,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	77.600.930,23	75.818.395,79
	475.582.620,78	518.751.683,98
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	6.501.741.344,33	6.524.999.191,49
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	173.780,64	194.595,68
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	149.080.628,60	199.480.628,60
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	42.762,32	148.083.353,36
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	4.226.173.168,54	4.226.173.168,54
Resultado Diferido	2.126.271.004,23	1.951.067.445,31
	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	7.280.110.131,20	7.308.118.800,45

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2021	2020
Patrimônio Social e Capital Social	3.427.607.382,97	3.427.607.382,97
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	15.628.252,44	14.172.219,19
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	97.346.275,21	97.346.275,21
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	12.212.217.245,25	10.316.569.229,69
Resultado do Exercício	1.895.842.431,14	2.902.749.201,02
Resultados de Exercícios Anteriores	10.316.569.229,69	7.351.873.208,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	-194.415,58	61.946.820,33
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-110.886,76	-110.886,76
	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.752.688.269,11	13.855.584.220,30

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	76.457.840,60	-1.630.271.090,00
INGRESSOS	1.602.648.749,44	2.247.042.876,02
Receita Tributária	73.134.508,92	109.255.191,07
Receita de Contribuições	409.433.553,77	440.018.986,12
Receita Patrimonial	35.372.765,08	3.341.867,71
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	28.422.518,20	66.129.435,68
Remuneração das Disponibilidades	-	38.893.101,09
Outras Receitas Derivadas e Originárias	43.176.867,80	316.998.636,53
Transferências Recebidas	22.494.837,77	-
Outras Transferências Recebidas	22.494.837,77	-
Outros Ingressos Operacionais	990.613.697,90	1.272.405.657,82
Ingressos Extraorçamentários	-51.965.188,85	76.935.351,54
Restituições a Pagar		405,85
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2,29	
Transferências Financeiras Recebidas	705.245.168,12	612.407.564,35
Arrecadação de Outra Unidade	276.731.981,31	583.062.336,08
Demais Recebimentos	60.601.735,03	
DESEMBOLSOS	-1.526.190.908,84	-3.877.313.966,02
Pessoal e Demais Despesas	-367.168.999,64	-312.131.848,93
Administração	-11.906.968,14	-15.385.867,83
Previdência Social	-6.307.212,05	-5.474.681,40
Saúde	-	-6.074.773,60
Direitos da Cidadania	-1.250,00	-193.397,00
Ciência e Tecnologia	-32.188,64	-4.932.628,81
Agricultura	-	-869.520,42
Comunicações	-342.247.162,80	-272.078.443,18
Transporte	-3.461,51	-1.053.316,25
Encargos Especiais	-6.742.472,76	-6.092.658,96
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	71.716,26	23.438,52
Juros e Encargos da Dívida	-1.616.156,51	-2.817.967,31
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-1.616.156,51	-2.817.967,31
Transferências Concedidas	-44.515.743,06	-41.097.653,38
Intragovernamentais	-44.515.743,06	-41.097.653,38
Outros Desembolsos Operacionais	-1.112.890.009,63	-3.521.266.496,40
Dispêndios Extraorçamentários	-3.675.303,43	-9.148.021,53
Transferências Financeiras Concedidas	-1.109.214.440,27	-3.509.310.084,43
Valores Compensados	-265,93	-501,37
Demais Pagamentos		-2.807.889,07
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-16.230.571,28	-22.509.441,02
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-16.230.571,28	-22.509.441,02
Aquisição de Ativo Não Circulante	-12.907.075,08	-20.124.832,85
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.323.496,20	-2.384.608,17
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-11.424.539,00	-11.653.227,33
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-11.424.539,00	-11.653.227,33
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-11.424.539,00	-11.653.227,33
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	48.802.730,32	-1.664.433.758,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.270.005.743,35	7.069.603.157,66
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.318.808.473,67	5.405.169.399,31

5. Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.524.864.252,15	2.495.708.888,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	105.642.232,27	157.356.340,21
Impostos	-	-
Taxas	105.642.232,27	157.356.340,21
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	606.087.838,08	651.438.486,29
Contribuições Sociais	39.377,63	1.196.062,94
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	606.048.460,45	650.242.423,35
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	37.410.756,89	70.741.917,48
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	37.410.756,89	70.741.917,48
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	30.379.198,89	38.823.380,36
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	357.868,26	429.652,59
Variações Monetárias e Cambiais	751.021,17	185.938,64
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	29.270.309,46	38.207.789,13
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	738.794.047,45	923.648.400,63
Transferências Intragovernamentais	710.468.392,59	921.959.438,07
Transferências das Instituições Privadas	22.494.837,77	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5.830.817,09	1.688.962,56
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	246.280.073,77	1.034.951,45
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	68.163.034,29	991.115,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	178.117.039,48	43.836,45
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.760.270.104,80	652.665.412,36
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	7.335,74	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.336.095.387,26	18.130.011,99
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.424.167.381,80	634.535.400,37
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.629.021.821,01	4.333.192.058,47
Pessoal e Encargos	229.666.063,31	198.276.873,69
Remuneração a Pessoal	172.843.385,67	151.480.702,38
Encargos Patronais	48.051.951,29	42.418.678,19
Benefícios a Pessoal	4.107.016,97	3.776.341,61
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.663.709,38	601.151,51
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14.165.497,57	13.009.175,74
Aposentadorias e Reformas	5.863.818,88	5.131.940,15
Pensões	941.566,78	818.821,95
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.360.111,91	7.058.413,64
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	227.770.924,89	208.264.971,47
Uso de Material de Consumo	2.359.498,57	704.731,95
Serviços	178.513.455,80	140.246.304,89
Depreciação, Amortização e Exaustão	46.897.970,52	67.313.934,63
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.728.824,74	3.223.439,73
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.728.478,93	3.220.874,18
Variações Monetárias e Cambiais	345,81	2.492,01
Descontos Financeiros Concedidos	-	73,54
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.111.443.239,32	3.885.127.347,88
Transferências Intragovernamentais	1.110.670.473,52	3.883.449.080,32
Outras Transferências e Delegações Concedidas	772.765,80	1.678.267,56
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.033.922.808,71	15.234.269,68

Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.779.001.625,89	-
Perdas com Alienação	-	1.865,79
Perdas Involuntárias	66.779,78	292.531,99
Incorporação de Passivos	187.116.187,94	10.924.033,00
Desincorporação de Ativos	67.738.215,10	4.015.838,90
Tributárias	5.230.968,53	7.222.295,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.359.334,13	5.407.313,61
Contribuições	871.634,40	1.814.982,06
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.093.493,94	2.833.684,61
Premiações	3.360,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	203.250,00	150.800,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	1.782.534,44	463.565,73
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.104.349,50	2.219.318,88

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.895.842.431,14	-1.837.483.169,69
---	-------------------------	--------------------------

6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	3.427.607.382,97	14.172.219,19	-	97.346.275,21	-	10.316.569.229,69	-	-110.886,76	13.855.584.220,30
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	1.456.033,25	-	-	-	-194.415,58	-	-	1.261.617,67
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	1.895.842.431,14	-	-	1.895.842.431,14
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	3.427.607.382,97	15.628.252,44	-	97.346.275,21	-	12.212.217.245,25	-	-110.886,76	15.752.688.269,11

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Balanço Patrimonial

Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, representando recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Abaixo, a distribuição do valor no Ministério das Comunicações e Órgãos vinculados:

Órgão	Valor em R\$	%
EBC	302.510.399,48	5,69%
Telebrás	1.168.514.885,45	21,97%
Ministério das Comunicações	39.559.287,95	0,74%
Anatel	3.805.779.357,85	71,55%
Funttel	2.444.542,94	0,05%
Total	5.318.808.473,67	100,00%

Do valor registrado na Anatel, 96% se referem a recursos próprios vinculados a pagamento de pessoal.

Com a Telebras, 80% dos valores registrados se referem a recursos de adiantamento para futuro aumento de capital, aplicados pela empresa em Fundos Extramercado no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Nota 02 – VPDs Pagas Antecipadamente – CP

A variação positiva dos saldos em 50,09% se deu em decorrência dos pagamentos efetuados pela Telebras à Mapfre Seguros. Tratam-se de contratos de seguro e de garantia estendida para cobrir possíveis perdas que venham a ocorrer com o satélite geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, e com os equipamentos localizados em solo.

Nota 03 – Dívida Ativa Tributária - LP

Do valor de R\$ 2,77 bilhões, a maior parcela se refere a contribuições para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST (R\$ 2,70 bilhões), e o restante às Taxas de Fiscalização de instalação (TFI) e Taxas de Fiscalização de Funcionamento (TFF), devidas ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL e inscrita pela ANATEL.

Nota 04 – Dívida Ativa não Tributária - LP

Do total de R\$ 19.679.224.459,22 (dezenove bilhões, seiscentos e setenta e nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos), 25,79% se referem a dívidas inscrita pela ANATEL relativa a outorgas de serviços de telecomunicações; e 70,02% à multas

previstas na Lei Geral de Telecomunicações, devidas ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL.

No trimestre houve um aumento de 13% do valor total inscrito, tanto pela inscrição de novas dívidas, quanto pela atualização dos valores inscritos. Ao fim do trimestre, esse grupo totalizava 85,44% do ativo total do Órgão Superior.

Nota 05 – Ajustes Para Perdas em Créditos de Longo Prazo

O valor de R\$ 11,3 bilhões se refere, quase que em sua totalidade, aos ajustes de perdas estimadas em créditos de dívida ativa (tributária e não tributária) da Anatel e do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL (vinculado a ANATEL) e registrados em seu sistema interno de gestão de crédito (SIGEC).

Os valores são calculados por cada tipo de dívida ativa, mas seguem a mesma metodologia de cálculo, a saber:

$$EP = SDA - (QMR \times SDA)$$

Em que:

EP – Estimativa de perdas

SDA – Saldo Atualizado da Dívida Ativa

QMR – Quociente Médio de Recebimentos (calculado com base no histórico dos últimos 3 exercícios)

Nota 06 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

A variação negativa no saldo da conta, se refere a reclassificação dos saldos pela Telebras. Os saldos foram registrados incorretamente quando a empresa se tornou Estatal Dependente do OFSS e teve sua contabilidade registrada no SIAFI. Após revisão, os valores foram devidamente reclassificados para as contas pertinentes em março de 2022. Os valores se referem a garantia financeira de um acordo judicial firmado com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, e de um empréstimo junto à Finaciadora de Estudos e Projetos – FINEP, e estão aplicados em Fundos de Aplicação Financeira no Banco do Brasil.

Nota 07 – Bens Móveis

Os bens móveis representam 17,41% do ativo total do Órgão Superior, sendo que 83% desse grupo de ativos estão registrados na Telebras. A seguir, a composição do total registrado em bens móveis no Ministério das Comunicações.

Bens Móveis	Valor em R\$
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	273.882.829,23
Bens de Informática	2.724.756.957,52
Móveis e Utensílios	31.984.306,29
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	189.035.898,37
Veículos	11.191.483,02
Bens Móveis em Andamento	672.948.913,70
Bens Móveis em Almoxarifado	184.480,25
Demais Bens Móveis	106.343.888,30
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.434.810.435,15)
Redução ao Valor Recuperável	(3.746.021,66)
Total	2.571.772.299,87

Nota 08 – Financiamentos a Curto Prazo - Interno

Os valores registrados nas contas de Financiamento do Ativo Permanente (curto e longo prazo), são relativos à captação de recursos junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (Empresa Pública Vinculada ao MCTI) para financiamento de projeto de desenvolvimento de Satélite, pela Telebras.

A variação de 370% na conta de curto prazo se refere a reclassificação do Longo para o Curto Prazo dos valores a serem pagos no exercício de 2022.

Nota 09 – Outras Obrigações a Curto Prazo

O valor total de R\$ 301 milhões, que representa 97% do grupo “Outras Obrigações a Curto Prazo”, se refere a Termos de Execução Descentralizada firmados pela Secretaria de Telecomunicações – SETEL, pela Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM e pela Empresa Brasileira de Comunicação – EBC com outros Órgãos da Administração Pública Federal, em execução ou pendentes do registro da comprovação.

Nota 10 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais – LP

A variação a menor de 99,97% se refere a reclassificação de saldos classificados incorretamente pela Telebras no exercício de 2020. Os saldos se referem a acordos judiciais firmados com Fundos de Pensão e foram reclassificados para as contas adequadas em março de 2022.

Nota 11 – Outras Provisões – LP

O valor de R\$ 4,16 bilhões está registrado à conta de Provisões para Perdas Judiciais a Longo Prazo na ANATEL, referem-se a provisões para perdas judiciais decorrentes da reavaliação de passivos contingentes, cujos riscos fiscais foram alterados de Possível para Provável em conformidade com os critérios definidos na Portaria AGU nº 40/2015 que estabelece a classificação das ações judiciais quanto à probabilidade de perda.

Nota 12 – Adiantamento de Clientes – LP

O valor de R\$ 456 milhões, registrado no passivo da Telebras, se refere a valores repassados pelos Ministérios da Defesa – MD e da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, referente aos serviços contratados por esses Órgãos.

Nota 13 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O valor de aproximadamente 1,47 bilhão de reais, registrado no passivo da Telecomunicações Brasileira S.A. – Telebras. A empresa aguarda autorização orçamentária para integralização do capital.

Nota 14 – Outras Obrigações a Longo Prazo

A variação superior a 800% se deu em virtude do registro de obrigações da Telebrás com os seguintes credores:

a) **Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI):** pagamento de valor de execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado. O saldo do principal

reconhecido em novembro de 2013, no montante de R\$ 141.416.000,00 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e dezesseis mil), com carência de 24 (vinte e quatro) meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral. O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais, seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras de efetuar a distribuição dos dividendos com base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

b) Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF): acordo extrajudicial tabulado entre a Telebras e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a empresa a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos, devidos à Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, relativo ao exercício de 1994. O acordo firmado estabeleceu como valor para liquidação da obrigação o montante de R\$ 72.688.000,00 (setenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil reais), atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080.000,00 (sessenta e seis milhões e oitenta mil reais) de principal e R\$ 6.608,00 (seis mil e seiscentos e oito reais) de honorários sucumbenciais, que foi pago em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo previu entrada de 10% (dez por cento) em 90 dias após o protocolo da petição, sendo que o saldo remanescente será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, observado o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros. A dívida é atualizada pela variação do INPC, mais juros de 5,76842907% a.a.

Com esses registros o grupo de contas passou a representar 2,69% do passivo total do Órgão Superior.

Nota 15 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

A variação verificada se refere à ajustes promovidos pela Telebras com a reclassificação de saldos anteriormente contabilizados em contas não adequadas ao fato registrado.

Nota 16 – Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas

A variação verificada se refere a registros de reversão de perdas estimadas pela Anatel referente a créditos de competência do FISTEL e do FUST.

Nota 17 – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Representando aproximadamente 10% das variações patrimoniais aumentativas, as contribuições de intervenção no domínio econômico se referem aos valores recolhidos à Anatel e ao Fust, devidos sobre a prestação de serviços de telecomunicações, conforme composição a seguir:

Órgão Arrecadador	Base de Arrecadação	Valor (em R\$)	%
ANATEL	Contribuição Sobre a receita das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações	277.219.407,21	45,75%
ANATEL	Prestação dos serviços de telecomunicações explorados diretamente pelo executivo ou outorgados por este a entidades de sua administração direta	216.315.501,41	35,70%

FUST	Contribuição devida pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, a alíquota de 0,5% sobre a receita bruta decorrente de prestação de serviços de telecomunicações no regime público e privado	112.422.386,19	18,55%
Total		605.957.294,81	100,00%

Nota 18 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Do valor de R\$ 2,4 bilhões registrados nessa categoria, aproximadamente 97% se referem à receita oriunda de multas por infrações administrativas previstas na Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/1997), recolhida ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, sob administração da Anatel.

Esse grupo de contas representam 43,88% das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's, do Ministério das Comunicações.

Nota 19 – Taxas

Representando 1,91% das VPA's, as taxas somaram o valor de R\$ 105 milhões. Nessa categoria estão englobadas as taxas previstas em lei, arrecadadas pelo Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, devidas pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência:

- Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI: devida pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, no momento da emissão do certificado de licença para o funcionamento das estações; e
- Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF: devida pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, anualmente, pela fiscalização do funcionamento das estações.

EMERSON COSTA NOGUEIRA SOUSA
Contador

LIGIA DE ALMEIDA SILVA
Contadora Responsável
Ministério das Comunicações